



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

**ATA DA 3<sup>ª</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE  
PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DE ALAGOAS**

6 Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco  
7 (30/1/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 3<sup>a</sup> Reunião Ordinária do  
8 Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de  
9 Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente no Auditório Edgar  
10 Valente de Lima, localizado no 5º andar do edifício-sede, e virtualmente  
11 por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram  
12 presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean  
13 Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça  
14 Sérgio Jucá, Walber José Valente de Lima, Eduardo Tavares Mendes,  
15 Marcos Mero, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira,  
16 Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Helder de Arthur Jucá  
17 Filho, Neide Maria Camelo da Silva, Silvana de Almeida Abreu, Luiz José  
18 Gomes Vasconcelos, e Sandra Malta Prata Lima. Presente virtualmente o  
19 Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausente  
20 justificadamente, por se encontrar em gozo de férias, o Excelentíssimo  
21 Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros, bem como ausente,  
22 justificadamente, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Maria Marluce  
23 Caldas Bezerra. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos  
24 e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida,  
25 fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 2<sup>a</sup> Reunião Ordinária do  
26 Colégio de Procuradores de Justiça em 2025; 2. Ata da 2<sup>a</sup> Reunião  
27 Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça em 2025; 3. Ofício n.  
28 05/2025 – SEC/CPJ (para conhecimento). Assunto: Encaminha à Comissão  
29 Permanente de Defesa dos Direitos Fundamentais do CPJ, para relatoria, os  
30 TAPs: 1- Projeto Fomento ao Terceiro Setor; 2 - MP Empoderar Craíbas; 3  
31 - Pedido de Prorrogação do Projeto Mulheres em Segurança; 4 - Projeto  
32 Chatbot MPAL; 5 - Projeto ME – Habitação, emprego e renda; e 6 - Projeto  
33 Expresso Profissionalizante; 4. Ofício n. 06/2025 – SEC/CPJ (para  
34 conhecimento). Assunto: Encaminha à Comissão Permanente do Meio  
35 Ambiente do CPJ, para relatoria, o TAP: 1 - Preservação do Curió; 5.  
36 Ofício n. 07/2025 – SEC/CPJ (para conhecimento). Assunto: Encaminha à  
37 Comissão Permanente da Infância e Juventude do CPJ, para relatoria, os  
38 TAPs: 1 - Projeto RE Inserir; e 2 - Projeto Ampliando os Horizontes



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

---

39 Jurídicos; **6.** Ofício n. 08/2025 – SEC/CPJ (para conhecimento). Assunto:  
40 Encaminha à Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e  
41 Administrativos do CPJ, para relatoria, o Processo SAJMP n.  
42 02.2025.00000520-1 **7.** GED n. 20.08.1554.0000011/2024-39. Interessado:  
43 Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Prêmio Boas Práticas com  
44 Resultados Sociotransformadores do Colégio de Procuradores de Justiça -  
45 2<sup>a</sup> edição. Quanto ao **item 1**, Após regular apreciação, a Ata da 2<sup>a</sup> Reunião  
46 Ordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo  
47 colegiado. Quanto ao **item 2**, Após regular apreciação, a Ata da 2<sup>a</sup> Reunião  
48 Extraordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade  
49 pelo colegiado. Quanto ao **item 3**, o Presidente esclareceu que o expediente  
50 em análise foi inserido na presente pauta com o intuito de dar  
51 conhecimento ao colegiado acerca do encaminhamento dos TAPs: 1 -  
52 Projeto Fomento ao Terceiro Setor; 2 - MP Empoderar Craíbas; 3 - Pedido  
53 de Prorrogação do Projeto Mulheres em Segurança; 4 - Projeto Chatbot  
54 MPAL; 5 - Projeto ME – Habitação, emprego e renda; e 6 - Projeto  
55 Expresso Profissionalizante; à Comissão Permanente dos Direitos  
56 Fundamentais do CPJ, conforme preconizado pela Resolução CPJ n.  
57 24/2023, que dispõe sobre a participação dos Procuradores de Justiça na  
58 construção e na execução de projetos institucionais. A distribuição foi  
59 conhecida pelo colegiado. Quanto ao **item 4**, o Presidente informou que o  
60 expediente em análise foi inserido na presente pauta com o intuito de dar  
61 conhecimento ao colegiado acerca do encaminhamento do TAP: 1 -  
62 Preservação do Curió; à Comissão Permanente do Meio Ambiente do CPJ,  
63 conforme preconizado pela Resolução CPJ n. 24/2023, que dispõe sobre a  
64 participação dos Procuradores de Justiça na construção e na execução de  
65 projetos institucionais. A distribuição foi conhecida pelo colegiado. Quanto  
66 ao **item 5**, o Presidente afirmou que o expediente em análise foi inserido na  
67 presente pauta com o intuito de dar conhecimento ao colegiado acerca do  
68 encaminhamento dos TAPs: 1 - Projeto RE Inserir; e 2 - Projeto  
69 Ampliando os Horizontes Jurídicos; à Comissão Permanente da Infância e  
70 Juventude do CPJ, conforme preconizado na Resolução CPJ n. 24/2023,  
71 que dispõe sobre a participação dos Procuradores de Justiça na construção  
72 e na execução de projetos institucionais. A distribuição foi conhecida pelo  
73 colegiado. Quanto ao **item 6**, o Presidente esclareceu que o expediente em  
74 análise foi inserido na presente pauta com o intuito de dar conhecimento ao  
75 colegiado acerca do encaminhamento do Processo SAJMP n.  
76 02.2025.00000520-1 à Comissão Permanente Assuntos Administrativos e



5  
6

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

77 Institucionais do CPJ para fins de relatoria. A distribuição foi conhecida  
78 pelo colendo colegiado. Quanto ao item 7, o Presidente esclareceu que os  
79 autos versam sobre a seleção dos inscritos na 2<sup>a</sup> edição do Prêmio Boas  
80 Práticas Com Resultados Sociotransformadores, instituído por meio da  
81 Resolução CPJ n. 28/2023. Disse que o Prêmio Boas Práticas Com  
82 Resultados Sociotransformadores visa estimular, reconhecer e divulgar  
83 ações idealizadas por membros do MPAL, na área finalística, que  
84 possibilitem transformações positivas na sociedade. Mencionou que 5  
85 (cinco) boas práticas foram inscritas na premiação, a saber: 1 – Instituição  
86 do Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de  
87 Violência no município de União dos Palmares, idealizada pelo  
88 Excelentíssimo Promotor de Justiça Lucas Sachsida Junqueira Carneiro; 2  
89 – Realização de atividades extrajudiciais voltadas à garantia e  
90 concretização dos direitos da pessoa idosa, idealizada pelo Excelentíssimo  
91 Promotor de Justiça Alex Almeida Silva; 3 – Realização de atividades  
92 extrajudiciais voltadas à conscientização de entes públicos locais para o  
93 cumprimento de obrigações legais necessárias ao percebimento de recursos  
94 federais relacionados ao Fundeb, idealizada pelo Excelentíssimo Promotor  
95 de Justiça Lucas Sachsida Junqueira Carneiro; 4 – Realização de atividades  
96 extrajudiciais e judiciais voltadas à garantia de efetividade de direitos  
97 fundamentais dos adolescentes e jovens em conflito com a lei, idealizada  
98 pela Excelentíssima Promotora de Justiça Marília Cerqueira Lima; 5 –  
99 Agenda Resolutiva: Apoio aos animais afetados pelo desastre da Braskem,  
100 idealizada pelos Excelentíssimos Promotores de Justiça Alberto Fonseca,  
101 Lavínia Silveira de Mendonça Fragoso e Kleber Valadares Coelho Junior.  
102 Colhidos os votos de todos os integrantes do colegiado, foram selecionadas  
103 as seguintes boas práticas: a - Realização de atividades extrajudiciais  
104 voltadas à garantia e concretização dos direitos da pessoa idosa, b -  
105 Realização de atividades extrajudiciais e judiciais voltadas à garantia de  
106 efetividade de direitos fundamentais dos adolescentes e jovens em conflito  
107 com a lei; e c - Agenda Resolutiva: Apoio aos animais afetados pelo  
108 desastre da Braskem; idealizadas, respectivamente, pelos Excelentíssimos  
109 Promotores de Justiça Alex Almeida Silva, Marília Cerqueira Lima,  
110 Alberto Fonseca, Lavínia Silveira de Mendonça Fragoso e Kleber  
111 Valadares Coelho Junior. Com a palavra, o Presidente parabenizou todos os  
112 Promotores de Justiça que participaram da 2<sup>a</sup> edição do Prêmio Boas  
113 Práticas Com Resultados Sociotransformadores. Elogiou a atuação e  
114 destacou o caráter resolutivo das boas práticas inscritas e desenvolvidas



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

pelos órgãos de execução do Ministério Público do Estado de Alagoas. Em seguida, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Não havendo manifestações, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça disse que na segunda-feira seguinte pretende encaminhar o Projeto de Lei aprovado pelo colendo colegiado, em sua 20ª Reunião Ordinária do CPJ de 2024, à Assembleia Legislativa. Disse que a referida legislação visa criar e transformar cargos no Quadro de Serviços Auxiliares e Apoio Técnico Administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas. Solicitou autorização do colegiado para inserir uma alteração no projeto no sentido de transformar 1 (um) cargo comissionado de Assessor Técnico em 1 (um) cargo comissionado de Assessor de Arquitetura, privativo de profissional com diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de Arquitetura e Urbanismo. Posta em votação, o colendo colegiado aprovou a alteração sugerida. Absteve-se de votar a Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira. Solicitou autorização para iniciar os preparativos para a realização de concurso público para preenchimento de cargos de membros e servidores da instituição. Asseverou a necessidade de recomposição dos quadros de pessoal do MPAL, esclareceu o cronograma de atividades administrativas relacionadas à preparação do concurso público, notadamente quanto ao período de publicação do Edital para inscrições, conclusão do certame público e da realização das nomeações. Disse que, ao longo dos últimos anos, o Ministério Público do Estado de Alagoas está promovendo uma redução expressiva do seu passivo, de modo a possibilitar que o fluxo financeiro da instituição seja direcionado para a inclusão de novos servidores e membros. Colocado em votação, o colendo colegiado, por unanimidade, expressou concordância unânime com o pedido do Excelentíssimo Presidente. Na sequência, o Presidente destacou que essas decisões estão sendo adotadas de forma planejada e em conformidade com a capacidade orçamental e financeira do MPAL, de maneira a constituir um legado de estruturação desta unidade ministerial pelos próximos 20 (vinte) anos ou mais, sem qualquer risco à Lei de Responsabilidade Fiscal. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Mero, este solicitou que o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Jucá passe a fazer parte da Comissão Permanente de Defesa da Infância e Juventude do CPJ, em seu lugar. Após discussão, a proposta foi acolhida por todos os



9                   **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**  
10                   **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

---

153 integrantes do colegiado. Em seguida, o Presidente agradeceu mais uma  
154 vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a  
155 lavratura desta Ata que fiz e rubriqui como Secretário do Colégio de  
156 Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça,  
157 \_\_\_\_\_ sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo  
158 Senhor Presidente da Sessão.

159

160

161

162

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Lean Antônio Ferreira de Araújo', is enclosed in an oval shape.

Procurador-Geral de Justiça

Presidente da Sessão



Data de disponibilização: 14 de fevereiro de 2025

Edição nº 1311

desconto de R\$ 20,17 (vinte reais e dezessete centavos), por ½ (meia) diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 69,83 (sessenta e nove reais e oitenta e três centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Penedo – 3ª Região – Baixo São Francisco, no dia 07 de fevereiro de 2025, para desempenhar serviços de configuração de equipamentos de informática, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO: 00259 – Manutenção e funcionamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA  
SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL  
\*republicada

#### PORTARIA SPGAI nº 80, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1348.0000241/202-20, RESOLVE conceder em favor do Dr. MARCUS RÔMULO MAIA DE MELLO, Promotor de Justiça da 16ª PJC, ora Diretor da ESMP/AL, de 3ª Entrância, portador do CPF nº \*\*\*.223.804-\*\*, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 993,83 (novecentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 40,33 (quarenta reais e trinta e três centavos), por diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 1.907,00 (um mil, novecentos e sete reais), em face do seu deslocamento à cidade de Vitória - ES, no período de 12 a 14 de março de 2025, para participar de reunião ordinária do CDEMP, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.128.1011.5230 – Manutenção das Ações da Escola Superior do Ministério Público, PO – 000763 – Manutenção da Escola Superior do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA  
SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL  
\*republicado

#### Colégio de Procuradores de Justiça

##### Atas de Reunião

##### ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco (30/1/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente no Auditório Edgar Valente de Lima, localizado no 5º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Walber José Valente de Lima, Eduardo Tavares Mendes, Marcos Mero, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Mauricio André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Helder de Arthur Jucá Filho, Neide Maria Camelo da Silva, Silvana de Almeida Abreu, Luiz José Gomes Vasconcelos, e Sandra Malta Prata Lima. Presente virtualmente o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausente justificadamente, por se encontrar em gozo de férias, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros, bem como ausente, justificadamente, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 2ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça em 2025; 2. Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça em 2025; 3. Ofício n. 05/2025 – SEC/CPJ (para conhecimento). Assunto: Encaminha à Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Fundamentais do CPJ, para relatoria, os TAPs; 1- Projeto Fomento ao Terceiro Setor; 2 - MP Empoderar Craibas; 3 - Pedido de Prorrogação do Projeto Mulheres em Segurança; 4 - Projeto Chatbot MPAL; 5 - Projeto ME – Habitação, emprego e renda; e 6 - Projeto Expresso Profissionalizante; 4. Ofício n. 06/2025 – SEC/CPJ (para conhecimento). Assunto: Encaminha à Comissão Permanente do Meio Ambiente do CPJ, para relatoria, o TAP: 1 - Preservação do Curió; 5. Ofício n. 07/2025 – SEC/CPJ (para conhecimento). Assunto: Encaminha à Comissão Permanente da Infância e Juventude do CPJ, para relatoria, os TAPs: 1 - Projeto RE Inserir; e 2 - Projeto Ampliando os Horizontes Jurídicos; 6. Ofício n. 08/2025 – SEC/CPJ (para conhecimento). Assunto: Encaminha à Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Administrativos do CPJ, para relatoria, o Processo SAJMP n. 02.2025.0000520-1 7. GED n.



Data de disponibilização: 14 de fevereiro de 2025

Edição nº 1311

20.08.1554.0000011/2024-39. Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Prêmio Boas Práticas com Resultados Sociotransformadores do Colégio de Procuradores de Justiça - 2ª edição. Quanto ao item 1, Após regular apreciação, a Ata da 2ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 2, Após regular apreciação, a Ata da 2ª Reunião Extraordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 3, o Presidente esclareceu que o expediente em análise foi inserido na presente pauta com o intuito de dar conhecimento ao colegiado acerca do encaminhamento dos TAPs: 1 - Projeto Fomento ao Terceiro Setor; 2 - MP Empoderar Craibas; 3 - Pedido de Prorrogação do Projeto Mulheres em Segurança; 4 - Projeto Chatbot MPAL; 5 - Projeto ME - Habitação, emprego e renda; e 6 - Projeto Expresso Profissionalizante; à Comissão Permanente dos Direitos Fundamentais do CPJ, conforme preconizado pela Resolução CPJ n. 24/2023, que dispõe sobre a participação dos Procuradores de Justiça na construção e na execução de projetos institucionais. A distribuição foi conhecida pelo colegiado. Quanto ao item 4, o Presidente informou que o expediente em análise foi inserido na presente pauta com o intuito de dar conhecimento ao colegiado acerca do encaminhamento do TAP: 1 - Preservação do Curió; à Comissão Permanente do Meio Ambiente do CPJ, conforme preconizado pela Resolução CPJ n. 24/2023, que dispõe sobre a participação dos Procuradores de Justiça na construção e na execução de projetos institucionais. A distribuição foi conhecida pelo colegiado. Quanto ao item 5, o Presidente afirmou que o expediente em análise foi inserido na presente pauta com o intuito de dar conhecimento ao colegiado acerca do encaminhamento dos TAPs: 1 - Projeto RE Inserir; e 2 - Projeto Ampliando os Horizontes Jurídicos; à Comissão Permanente da Infância e Juventude do CPJ, conforme preconizado na Resolução CPJ n. 24/2023, que dispõe sobre a participação dos Procuradores de Justiça na construção e na execução de projetos institucionais. A distribuição foi conhecida pelo colegiado. Quanto ao item 6, o Presidente esclareceu que o expediente em análise foi inserido na presente pauta com o intuito de dar conhecimento ao colegiado acerca do encaminhamento do Processo SAJMP n. 02.2025.00000520-1 à Comissão Permanente Assuntos Administrativos e Institucionais do CPJ para fins de relatoria. A distribuição foi conhecida pelo colendo colegiado. Quanto ao item 7, o Presidente esclareceu que os autos versam sobre a seleção dos inscritos na 2ª edição do Prêmio Boas Práticas Com Resultados Sociotransformadores, instituído por meio da Resolução CPJ n. 28/2023. Disse que o Prêmio Boas Práticas Com Resultados Sociotransformadores visa estimular, reconhecer e divulgar ações idealizadas por membros do MPAL, na área finalística, que possibilitem transformações positivas na sociedade. Mencionou que 5 (cinco) boas práticas foram inscritas na premiação, a saber: 1 - Instituição do Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência no município de União dos Palmares, idealizada pelo Excelentíssimo Promotor de Justiça Lucas Sachsida Junqueira Carneiro; 2 - Realização de atividades extrajudiciais voltadas à garantia e concretização dos direitos da pessoa idosa, idealizada pelo Excelentíssimo Promotor de Justiça Alex Almeida Silva; 3 - Realização de atividades extrajudiciais voltadas à conscientização de entes públicos locais para o cumprimento de obrigações legais necessárias ao percebimento de recursos federais relacionados ao Fundeb, idealizada pelo Excelentíssimo Promotor de Justiça Lucas Sachsida Junqueira Carneiro; 4 - Realização de atividades extrajudiciais e judiciais voltadas à garantia de efetividade de direitos fundamentais dos adolescentes e jovens em conflito com a lei, idealizada pela Excelentíssima Promotora de Justiça Marília Cerqueira Lima; 5 - Agenda Resolutiva: Apoio aos animais afetados pelo desastre da Braskem, idealizada pelos Excelentíssimos Promotores de Justiça Alberto Fonseca, Lavinia Silveira de Mendonça Fragoso e Kleber Valadares Coelho Junior. Colhidos os votos de todos os integrantes do colegiado, foram selecionadas as seguintes boas práticas: a - Realização de atividades extrajudiciais voltadas à garantia e concretização dos direitos da pessoa idosa, b - Realização de atividades extrajudiciais e judiciais voltadas à garantia de efetividade de direitos fundamentais dos adolescentes e jovens em conflito com a lei; e c - Agenda Resolutiva: Apoio aos animais afetados pelo desastre da Braskem; idealizadas, respectivamente, pelos Excelentíssimos Promotores de Justiça Alex Almeida Silva, Marília Cerqueira Lima, Alberto Fonseca, Lavinia Silveira de Mendonça Fragoso e Kleber Valadares Coelho Junior. Com a palavra, o Presidente parabenizou todos os Promotores de Justiça que participaram da 2ª edição do Prêmio Boas Práticas Com Resultados Sociotransformadores. Elogiou a atuação e destacou o caráter resolutivo das boas práticas inscritas e desenvolvidas pelos órgãos de execução do Ministério Público do Estado de Alagoas. Em seguida, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Não havendo manifestações, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça disse que na segunda-feira seguinte pretende encaminhar o Projeto de Lei aprovado pelo colendo colegiado, em sua 20ª Reunião Ordinária do CPJ de 2024, à Assembleia Legislativa. Disse que a referida legislação visa criar e transformar cargos no Quadro de Serviços Auxiliares e Apoio Técnico Administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas. Solicitou autorização do colegiado para inserir uma alteração no projeto no sentido de transformar 1 (um) cargo comissionado de Assessor Técnico em 1 (um) cargo comissionado de Assessor de Arquitetura, privativo de profissional com diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de Arquitetura e Urbanismo. Posta em votação, o colendo colegiado aprovou a alteração sugerida. Absteve-se de votar a Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira. Solicitou autorização para iniciar os preparativos para a realização de concurso público para preenchimento de cargos de membros e servidores da instituição. Asseverou a necessidade de recomposição dos quadros de pessoal do MPAL, esclareceu o cronograma de atividades administrativas relacionadas à preparação do concurso público, notadamente quanto ao período de publicação do Edital para inscrições, conclusão do certame público e da realização das nomeações. Disse que, ao longo dos últimos anos, o Ministério Público do Estado de Alagoas está promovendo uma redução expressiva do seu passivo, de modo a possibilitar que o fluxo financeiro da instituição seja direcionado para a inclusão de novos servidores e membros. Colocado em votação, o colendo colegiado, por unanimidade, expressou concordância unânime com o pedido do Excelentíssimo Presidente. Na sequência, o



Presidente destacou que essas decisões estão sendo adotadas de forma planejada e em conformidade com a capacidade orçamental e financeira do MPAL, de maneira a constituir um legado de estruturação desta unidade ministerial pelos próximos 20 (vinte) anos ou mais, sem qualquer risco à Lei de Responsabilidade Fiscal. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Mero, este solicitou que o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Jucá passe a fazer parte da Comissão Permanente de Defesa da Infância e Juventude do CPJ, em seu lugar. Após discussão, a proposta foi acolhida por todos os integrantes do colegiado. Em seguida, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, \_\_\_\_\_ sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Lean Antônio Ferreira de Araújo  
Procurador-Geral de Justiça  
Presidente da Sessão

#### ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco (30/1/2025), às onze horas e trinta minutos (11:30h), realizou-se a 3ª Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente no Auditório Edgar Valente de Lima, localizado no 5º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Eduardo Tavares Mendes, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Isaac Sandes Dias, Helder de Arthur Jucá Filho, Neide Maria Camelo da Silva, Luiz José Gomes Vasconcelos, Silvana de Almeida Abreu e Sandra Malta Prata Lima. Presente virtualmente o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausente justificadamente, por se encontrar em gozo de férias, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros, bem como ausente, justificadamente, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e informou que a reunião do colendo Colégio de Procuradores de Justiça possui a finalidade de prestar homenagem aos Excelentíssimos Promotores de Justiça Almir José Crescêncio, Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza e Lisael Almeida, em reconhecimento ao valoroso serviço prestado ao Ministério Público do Estado de Alagoas e à sociedade alagoana. Com a palavra, a Chefe do Cerimonial da Procuradoria-Geral de Justiça, Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo, registou a presença dos Excelentíssimos Promotores de Justiça Almir José Crescêncio, Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza (virtualmente), Roberto Salomão do Nascimento, Luciano Romero da Matta Monteiro, Vicente José Cavalcante Porciúncula e Carlos Omena Simões e dos servidores da instituição Arthur Tavares de Carvalho Barros, Jamille Mendonça Setton Mascarenhas, Ranulfo Paes Araújo, Dulce de Araújo Melo e Flávia Pamela Cavalcante. Em seguida, o Excelentíssimo Promotor de Justiça Humberto Pimentel Costa, Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, fez a leitura das menções honrosas concedidas pelo colendo colegiado aos agentes ministeriais homenageados. Na sequência, o Presidente convidou as Excelentíssimas Procuradoras de Justiça Neide Maria Camelo da Silva e Silvana de Almeida Abreu para entregarem o certificado ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Almir José Crescêncio. Convidou a Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira para entregar o certificado ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza (virtualmente), representado pelo Excelentíssimo Promotor de Justiça Luciano Romero da Matta Monteiro. Convidou o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes para entregar o certificado ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Lisael Almeida (ausente), representado pelo Excelentíssimo Promotor de Justiça Roberto Salomão do Nascimento. Na sequência, fizeram uso da palavra os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Eduardo Tavares Mendes e Silvana de Almeida Abreu. Ato continuo, os Excelentíssimos Promotores de Justiça Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza e Almir José Crescêncio, nessa ordem, proferiram discursos descrevendo suas trajetórias pessoais e profissionais. Ressaltaram o papel do Ministério Público na defesa dos direitos da sociedade. Com a palavra, o Presidente parabenizou os homenageados e ressaltou o mérito em receberem a homenagem. Ao final, o Excelentíssimo Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata, que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, \_\_\_\_\_ sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça.

Lean Antônio Ferreira de Araújo  
Procurador-Geral de Justiça  
Presidente da Sessão

#### Despachos